

“IMPrensa DE TRABALHADORES, FEITA POR TRABALHADORES, PARA TRABALHADORES”?

*Laura Antunes Maciel**

RESUMO: O título deste artigo, adaptado do subtítulo que acompanhava o jornal *A Classe Operária*, órgão do Partido Comunista do Brasil publicado a partir de 1925, propõe uma reflexão sobre os caminhos, e os muitos atalhos, pelos quais se constituiu uma imprensa feita por trabalhadores no Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Indagando sobre os múltiplos sentidos do intenso investimento na imprensa periódica, por parte de associações e outras entidades de classe, problematiza o movimento de expansão e transformação dessa imprensa e a constituição de novos sujeitos sociais na cidade, procurando contribuir para a preservação de outras dimensões da memória social brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa. Trabalhadores. Memória. Rio de Janeiro.

ABSTRACT: The title of this article was adapted from the subtitle that accompanied the newspaper *The Workers Class*, organ of the Brazilian Communist Party published since 1925. It proposes a reflection on the ways and many shortcuts by which a workers press was made in Rio de Janeiro, between the end of the 19th century and the first decades of the 20th century. Asking about the multiple meanings of intense investment in the periodical press related to associations and other professional associations, this work discusses the expansion and transformation movement of the press and the establishment of new social subjects in the city,

* Doutora em História Social e professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

trying to contribute to the preservation of other dimensions of social Brazilian memory.

KEYWORDS: Press. Workers. Memory. Rio de Janeiro.

As reflexões desenvolvidas neste artigo retomam elaborações construídas coletivamente em um grupo de estudos que definiu a memória como campo de reflexão e diálogo, cujos resultados e orientações estão expressos em duas publicações¹. Questionando uma compreensão da memória social, no singular, com a qual se costuma construir “uma memória única a partir da qual se avalia e valida *outras histórias*”, expressávamos uma intenção de falar de memórias, no plural, para enfatizar o “caráter ativo da memória” e a existência de um “campo social onde memórias hegemônicas e alternativas são produzidas na vida cotidiana”.²

É no interior destas preocupações que desenvolvo esta reflexão sobre jornais e revistas editados por trabalhadores no Rio de Janeiro, localizados em uma pesquisa mais ampla sobre a imprensa popular em circulação na cidade, buscando indícios para tornar mais visível e audível os registros que eles produziram sobre suas vidas, experiências, projetos e utopias, atenta às múltiplas alternativas que forjavam naquele presente.³ Abordo a chamada

¹ PROCAD/CAPEs. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP. Núcleo de Estudos Cultura, Trabalho e Cidade. *Cultura, trabalho e cidade: muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: mimeo, 2000; FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto e KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo, Olho d'Água, 2004; e Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto e KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). *Ou-
tras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo, Olho d'Água, 2006.

² PROCAD/CAPEs. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP. Núcleo de Estudos Cultura, Trabalho e Cidade. *Cultura, trabalho e cidade: muitas memórias, outras histórias*, p. 9.

³ As questões aqui analisadas são parte de uma pesquisa mais ampla em que problematizo variadas formas de produção letrada popular (periódicos, associações, escolas), realizada com financiamento CNPq/PIBIC. Alguns resultados foram apresentados no artigo “De ‘o povo não sabe ler’ a uma história dos trabalhadores da palavra”. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto

'imprensa operária' ou o jornalismo sindical e classista materializado em jornais e revistas criados e mantidos por trabalhadores manuais urbanos apreendidos em sua diversidade – seja em termos dos ofícios e atividades profissionais, seja pela abrangência étnica, regional ou nacional –, de modo a reconhecer a pluralidade dos espaços e sujeitos sociais que se constituíram por meio da imprensa para evidenciar outros projetos e lutas sociais e políticas, além daqueles que mobilizavam os trabalhadores fabris.

Em geral, os estudos que utilizaram a imprensa produzida por trabalhadores o fizeram ora com a intenção de reconstituir suas condições de vida e trabalho, valores e uma cultura operária ou, então, para analisar as variadas formas de militância política e de mobilização de classe. Realizados no interior de um movimento mais amplo de revisão histórica que buscava dar visibilidade à participação e ao papel político das classes subalternas na sociedade brasileira, em diferentes contextos e temporalidades, esses estudos – seja em função dos referenciais teóricos de análise e interpretação ou das opções políticas de seus autores – valorizaram algumas vertentes do movimento operário ou minimizaram, e até silenciaram, experiências dissidentes ou divergentes. Nessa direção, a valorização da atuação de anarquistas e sua intensa militância na imprensa, analisadas fora da disputa com outras tendências, como socialistas e sindicalistas reformistas, serviram para fundamentar interpretações sobre sua primazia na constituição da “consciência” do proletariado e na “emergência” do movimento operário na cidade. Outros, ao focar apenas nas experiências específicas de trabalhadores em alguns ofícios, como os gráficos, reforçaram uma compreensão desses sujeitos como os únicos responsáveis pelo surgimento e manutenção de múltiplos e simultâneos títulos de periódicos e por uma variedade de atividades de propaganda e atuação popular letrada.

Descolada das experiências sociais que a sustentava, a imprensa operária e sindical muitas vezes se resume, em algumas

de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*, op. cit, p. 273-298.

análises, a mero instrumento de debate doutrinário entre grupos e tendências; outras vezes, as ideias impressas por redatores e colaboradores são incorporadas como expressão literal do pensamento e consciência do conjunto dos trabalhadores, ignorando ou simplificando divergências políticas e projetos em disputa no interior de uma mesma categoria. Nesse sentido, continua atual o alerta formulado por Pinheiro e Hall sobre os riscos que rondam a reconstituição do passado da classe operária, pois o que está em jogo não é apenas a produção de “versões críticas em moldes convencionais”, mas isolar sua história e, com este deslocamento, silenciar sobre “a questão fundamental do acesso das classes subalternas ao poder político”.⁴ O risco, sempre presente, é contribuir para obscurecer ainda mais a existência do conflito entre forças sociais hegemônicas e subalternas e o modo como trabalhadores enfrentaram a questão do exercício do poder e da dominação em seu próprio tempo.

Retornar à imprensa produzida por trabalhadores orientando-se por estas questões e partilhando estas preocupações, nos faz ficar atentos aos múltiplos significados do fazer imprensa enquanto uma prática social significativa para os trabalhadores urbanos e às formas embrionárias ou menos organizadas de imprensa que podem indicar tensões ou divergências. Nesse sentido, as indagações deslocam-se de um inventário de temas e preocupações abordados por essa imprensa e encaminham-se para a busca das razões pelas quais trabalhadores diversos, em suas experiências e trajetórias múltiplas, investiram na edição de revistas e jornais. Importa investigar em meio a quais disputas ou lutas sociais trabalhadores – individual ou coletivamente – decidiram criar e manter periódicos e, em que medida, a imprensa constituiu-se como um instrumento privilegiado de sua ação social e intervenção naquela conjuntura.

Os levantamentos preliminares dos periódicos produzidos por grupos populares no Rio de Janeiro indicam uma crescente ampli-

⁴ PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael. *A classe operária no Brasil*. Documentos (1889 a 1930). Vol. 1. São Paulo, Alfa Omega, 1979, p. 15-16.

ação e diversificação de títulos e grupos produtores, bem como a transformação da imprensa operária ou militante tradicional, a partir das décadas finais do século XIX. Apesar das perdas, das grandes lacunas e da fragmentação nas coleções existentes nas instituições de pesquisa, ainda hoje é perceptível a diversidade de iniciativas de trabalhadores com a produção de periódicos e a pluralidade de orientações políticas e grupos envolvidos com o fazer imprensa. Estudos anteriores identificaram cerca de noventa e três títulos editados por trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro⁵ indicando a significativa disseminação da imprensa como instrumento para trazer idéias e projetos à discussão pública, criar o hábito de leitura e constituir-se como espaço de reflexão e discussão. Ressalto, particularmente, o número significativo de títulos publicados por iniciativa de estivadores, padeiros, sapateiros, barbeiros, marmoristas, carpinteiros, operários em pedreiras, dentre outros, que têm em comum o fato de desempenharem atividades profissionais que não exigiam o domínio da leitura e da escrita e, no entanto, foram responsáveis por uma intensa produção periódica.⁶

⁵ Os estudos realizados por Maria Nazareth Ferreira na década de 1970, além de arrolarem títulos e identificarem os responsáveis pela edição dos mesmos, propuseram questões fundamentais para análise do significado do investimento operário na imprensa. FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil – 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978. No caso do Rio de Janeiro destaco as contribuições pioneiras do inventário realizado na década de 80 da qual resultou o *Guia dos Jornais Operários do Rio de Janeiro* para o reconhecimento dos periódicos ligados às organizações, associações e/ou partidos operários, existentes em acervos cariocas, paulistas e internacionais. No entanto, em função das escolhas e critérios definidos para mapear esse universo, o *Guia* deu maior visibilidade aos periódicos mais combativos e estruturados além daqueles editados por grupos libertários e intelectuais operários reconhecidos, investindo menos no reconhecimento da ação de trabalhadores menos organizados por meio da imprensa. Ver: MARTINS, Ismênia de Lima; LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer e KOCHER, Bernardo. *Guia dos jornais operários do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1988.

⁶ Apenas para indicar a diversidade de sujeitos sociais e organizações populares envolvidos com a produção de jornais e revistas arrolou outros títulos não mencionados aqui: *A Voz do Padeiro* (1913); *A Voz do Marmorista* (1903); *Bo-*

Seguindo a problematização formulada por Heloisa de Faria Cruz sobre o “movimento de expansão/transformação do espaço da imprensa periódica” e de como ele se espalhou socialmente, penetrando “ambientes mais populares”, inclusive os da imprensa operária, renovando os grupos produtores, o público leitor e redefinindo as relações entre eles, procuro em minha investigação sobre a imprensa carioca indagar sobre outras razões para o significativo investimento popular na produção periódica. É preciso considerar, como indica Cruz, que a consolidação dessa imprensa aconteceu no interior, e em tensão com, do amplo movimento de constituição da imprensa de massa por volta das duas últimas décadas do século XIX, com a renovação de públicos leitores, das linguagens e temas mas, também, dos modos de narrar e dos grupos produtores.⁷

Essas questões nos ajudam a repensar aspectos tradicionalmente utilizados para caracterizar a imprensa feita por trabalhadores: o fato de ser produzida e lida por uma categoria profissional em particular ou, ainda, por abordar apenas, ou mais intensamente, temas ou ‘problemas’ de seu interesse exclusivo. Emissão e recepção, produtor e consumidor são os termos em geral levados em consideração para caracterizar esta imprensa estabelecendo, muitas vezes de modo automático, pontos de identidade e comunhão de interesses e preocupações entre quem escrevia e publicava e os leitores dos periódicos operários. Por essa razão, o circuito de difusão dessa imprensa não é investigado, pois se considera que o interesse pelo que ela dizia estava circunscrito a um público leitor específico constituído apenas pelos trabalhadores, do ofício ou associação, responsáveis por sua edição e aos quais se dirigia.

Letim do Centro dos Operários Marmoristas (1925); *Voz do Chauffeur*: Notícias – crítica – literatura & arte (1924-1926); *O Alfaiate* (1903-1906); *O Echo do Mar*: Propriedade das Associações de marinheiros e remadores e da União dos Foguistas (1909); *O Sapateiro* (1928); *O Barbeiro* (1926).

⁷ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana-1980-1915*. São Paulo, EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000, pp. 20-24.

A pesquisadora Maria de Nazareth Ferreira chamou a atenção, nos anos 1970, para outros aspectos que diferenciavam os veículos de comunicação da classe trabalhadora: “[...] *não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida*; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações e propostas etc. produzido pela coletividade e para ela mesma”.⁸ Ao salientar o caráter coletivo e público da mensagem difundida pelos órgãos de comunicação mantidos por trabalhadores, que o distinguiria da imprensa empresarial orientada por interesses privados e pelo objetivo do lucro, e recomendar que a avaliação da imprensa operária não pode ser desvinculada ‘das lutas da classe trabalhadora na construção de sua história’, a pesquisadora reafirmava o caráter classista dessa imprensa e fornecia pistas para reconhecer as estratégias, de alguns setores, para atingir o conjunto da classe trabalhadora.

A reflexão de Martin-Barbero também nos alerta para a necessidade de ampliar nossos questionamentos sobre o poder dos meios, as mediações que eles elaboram e as formas de presença do popular no massivo, sugerindo que em pesquisas com a imprensa popular procuremos recuperar o seu movimento de constituição atentando para os lugares sociais onde ela se institui, identificando os distintos processos sociais e momentos no interior dos quais ela se forja, para reconstituir a intensa disputa entre diferentes usos e sentidos sociais que o fazer imprensa comportava.⁹

Uma imprensa de trabalhadores, feita *por* trabalhadores

Recuperar esse duplo movimento de constituição dessa imprensa e dos sujeitos sociais que ela institui na vida pública, traz algumas dificuldades, pois é difícil obter informações mais apro-

⁸ FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo, Editora Ática, 1988, p. 6, grifo nosso.

⁹ MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2003, pp. 11-21.

fundadas sobre quem eram e o que faziam os trabalhadores responsáveis pela edição e publicação destes periódicos. Muitas vezes é difícil avançar além da identificação dos nomes dos proprietários, editores ou redatores nos expedientes de alguns periódicos, das referências aos cargos que exerciam em associações ou de alguns poucos indícios sobre os vínculos que mantinham com outros sócios ou periódicos. Por outro lado, não é possível considerar essa imprensa como expressão apenas da militância individual de seus diretores ou editores e, menos ainda, homogeneizar suas características e objetivos construindo classificações e oposições simples. Produzidos por uma pluralidade de associações, ligas, uniões e outras formas de organização da classe trabalhadora, a difusão e interlocução dessa imprensa não pode ser analisada como um conjunto homogêneo definido apenas a partir de seus editoriais e/ou expedientes. Para além das preocupações com a identificação de seus proprietários, autores ou responsáveis pelos textos publicados, optei por tentar situar os diferentes periódicos em termos dos lugares e sujeitos sociais específicos que assumem o seu fazer, indagando sobre as condições concretas nas quais se constituíram e em nome de quem e para que se organizavam.

Se a maioria deles dirigia-se aos trabalhadores de um determinado ofício ou grupo profissional, alguns assumiram explicitamente serem propriedade de uma associação ou sociedade que buscava se constituir como representante do conjunto dos trabalhadores desse ofício, enquanto outros orientavam-se para os operários ou proletários em geral. Reconstituir os vínculos entre esses jornais e as associações mantidas por trabalhadores ou reunir pistas sobre a inserção destes periódicos na experiência social de uma categoria profissional, não são tarefas fáceis porque nem sempre eles são assumidos ou explicitados. São muitos os indícios de um esforço contínuo desenvolvido por muitos periódicos de manterem sua 'neutralidade política' negando adesão a uma orientação política, evitando debates sobre religião e buscando preservar sua autonomia em relação às associações e partidos, como uma estratégia política de evitar dissensões e tensões que pudes-

sem acentuar as diferenças existentes entre os trabalhadores e provocar sua desagregação. As referências frequentes à busca de união e à construção de uma solidariedade de classe, sinalizam para a opção consciente de angariar apoios e construir a unidade entre os próprios trabalhadores, fortalecendo a compreensão de que defendiam os interesses comuns, independentemente de credos religiosos ou convicções políticas individuais.¹⁰ Por isso, permaneci atenta à diversidade que os caracteriza ao mesmo tempo que tentava avançar em meio à fragmentação das referências sobre eles para reconhecer, e problematizar, a diversidade de significados que o fazer imprensa parece ter adquirido para as associações e trabalhadores, bem como ao amplo universo de orientações ideológicas, motivações e formas de organização desses trabalhadores por meio da imprensa, para não reduzir uma experiência à outra.

Através das sociedades de socorros mútuos ou beneficentes, forma mais frequente de organização de artesãos e operários do Rio de Janeiro até o início do século XX, uma solidariedade de classe se constituiu e era exercitada por meio de auxílios, em casos de desemprego, doença ou invalidez, pagamento dos custos de enterros e a distribuição de pequenas pensões às famílias dos sócios que faleciam. Muitas dessas associações, no entanto, extrapolavam esse tipo de atuação investindo na criação de jornais, escolas, cursos, organização de bibliotecas, realização de conferências e debates e, às vezes, investiram em formas de rei-

¹⁰ A identificação automática entre o movimento operário dos primeiros anos republicanos com o anarquismo ou outros projetos revolucionários vem sendo questionada por vários autores. Destaco, em particular, a análise de Edilene Toledo que, em estudo sobre trabalhadores em São Paulo, observou a existência de diferentes ideias e comportamentos políticos no interior das associações, chamando atenção, também, para a significativa presença de concepções e práticas do sindicalismo revolucionário que se caracterizava fundamentalmente pela defesa da unidade da classe trabalhadora e a reunião de diferentes tendências e orientações políticas como estratégia para construção de uma identidade operária. TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário*. Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, pp. 12-13 e 107-118.

vindicação ou resistência, agindo como órgãos de defesa dos interesses de trabalhadores de um mesmo ramo de atividades. Reunindo trabalhadores de um mesmo ofício ou de atividades similares, sociedades e periódicos procuravam também exercer controle sobre o seu ofício, seja por meio da regulamentação do exercício profissional seja reivindicando maior qualificação dos trabalhadores. Outras sociedades, ao longo de sua existência, transformaram-se em organizações sindicais ou de resistência.¹¹

Na opinião do delegado que deveria representar a Associação dos Empregados no Comércio (AEC) no Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada, em 1908, as associações operárias beneficentes existiam “às dezenas neste Distrito, proporcionando, além do auxílio imediato, meios de seus associados resistirem nas greves às exigências, torpes por vezes, de industriais avarentos”. Durante conferência preparatória para organização desse Congresso, proferida na sede da AEC, ele avaliou que a assistência privada, aquela que prestava auxílio e socorro sem a intervenção do Estado era exercida em primeiro lugar pelas 181 associações leigas, seguida pelas 21 associações “operárias” e 41 de “classe”. Dentre estas últimas, a AEC seria “a mais forte pelo número de associados (18.734), a mais pródiga pelos inúmeros socorros que proporciona, a mais rica pelos bens que possui e pela receita que arrecada [...]”.¹²

¹¹ BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da criação da classe operária. *CADERNOS AEL*, v.6, n.10-11, 1999. *Idem*, pp. 46-47. Do mesmo autor ver também: Cultura associativa no Rio de Janeiro da primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M.; DA SILVA, Fernando Teixeira e FORTES, Alexandre. (Orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2004. Para uma avaliação contemporânea do significado social dessas associações ver: Prefeitura do Distrito Federal. *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro*. História e Estatística. Rio de Janeiro: Typ. do Anuario do Brasil, 1922.

¹² BOSSOLLO, Adolpho. *Assistência privada*. Conferência realizada na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro em 16 de junho de 1908 pelo Dr. [...] delegado da mesma associação no Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1908,

Apesar do nome, a AEC, criada em 1880 por um negociante e um caixeiro, reunia tanto patrões quanto empregados do comércio e tinha como um dos seus fins “pugnar pela união e prosperidade da classe comercial”, além de manter caixa de pecúlios e pensões e advogados para defesa de seus associados, entre os quais estariam políticos e outras pessoas importantes. Sua sede social, inaugurada em 1900 na Rua Gonçalves Dias, expressava a pujança econômica da AEC e, por tabela, da significativa força da “classe comercial” que representava, do poder do comércio e dos comerciantes na cidade. Com três pavimentos, possuía consultórios médicos e cirúrgicos, laboratórios bacteriológicos, biblioteca, clube, secretaria e salão nobre. Quatro anos depois, o edifício já estaria acanhado para as atividades da Associação e outra sede foi construída, na recém inaugurada Av. Central, unindo os dois prédios.

A diversidade de atividades, locais e condições de trabalho dos trabalhadores envolvidos no comércio do Rio de Janeiro, explicam a existência de diferentes órgãos de imprensa e associações disputando sua representação. Se considerarmos apenas os caixeiros empregados no comércio, existiam diferenças e hierarquias rígidas:

O caixeiro acumulava várias funções numa casa comercial nas quais havia uma hierarquia entre os seus diferentes tipos: o caixeiro de balcão, o caixeiro de fora, o vassoura e o guarda-livros ou primeiro caixeiro. O guarda-livros era responsável pela administração das contas da casa e dava as ordens aos outros caixeiros. O caixeiro de fora era aquele que ia à rua fazer cobranças ou entregas, e o vassoura era assim chamado por ser o último caixeiro na hierarquia da casa comercial, o qual, em geral, era o encarregado da limpeza do estabelecimento. O caixeiro de balcão atendia os clien-

p. 8-9. Para mais informações sobre esta associação ver: NASCIMENTO, Alfredo. *Vinte anos de labor 1880-1900*. Histórico da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1900.

tes. Uma casa comercial poderia ter vários caixeiros, dependendo de seu tamanho e prosperidade. Se havia apenas um caixeiro, em geral ele acumulava várias dessas funções.¹³

Além disso, existiam segundo a autora, profundas desconfianças entre os caixeiros em relação à presença de comerciantes no interior da AEC e à sua proposta de colaboração entre classes, o que teria motivado a criação de outras entidades congregando apenas trabalhadores – Associação Protetora dos Empregados no Comércio (1902), a União dos Caixeiros – Protetora e instrutiva (1902), a União dos Empregados no Comércio (1909) e a Phênix Caixeiral (1911).¹⁴ Entre 1890 e 1906 os trabalhadores empregados no comércio carioca cresceram de 48.048, dos quais 1.139 eram guarda-livros, para 62.062, superados apenas pelos empregados domésticos¹⁵, e constituíram uma força social muito significativa não só em função de seu número expressivo e das dimensões de suas associações, como da diversidade de funções que exerciam na vida comercial na cidade. Essas cinco associações disputaram entre si a representação dos caixeiros, principalmente nos momentos de maior visibilidade da categoria como durante a condução da luta pela diminuição da jornada de trabalho, entre 1850 e 1911, conhecida como “fechamento das portas”. Ao longo de 60 anos, essa luta dos caixeiros do Rio de Janeiro – resultou na aprovação, em 1911, de lei regulamentando a jornada de 12 horas diárias e seis dias de trabalho na semana – transformou-se de uma negociação interna às casas comerciais em um movimento de caráter coletivo e reivindicatório que buscou na imprensa, nas ruas e no Estado, apoio e legitimidade para suas ações.

¹³ POPINIGIS, Fabiane. As Sociedades Caixeirais e o “fechamento das portas” no Rio de Janeiro (1850-1912). Campinas, *Cadernos AEL*, v.6, n.10-11, 1999, p. 111.

¹⁴ Dentre as associações patronais a mais importante, em termos do número de sócios que reuniu (1.136 comerciantes em 1912) e da sua capacidade de mobilização contra os interesses dos caixeiros foi a Sociedade União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados, criada em 1881. Ver POPINIGIS, Fabiane. *As Sociedades Caixeirais*, op. cit, p. 118.

As tensões e discordâncias quanto às formas de organização dos trabalhadores do comércio ganharam expressão por meio das entidades que disputavam sua representação e na variedade de órgãos ou veículos que pretendiam ser as suas “vozes”. Localizamos jornais com os mais variados títulos, perfis editoriais e orientações políticas que se auto-intitularam “órgão da classe caixeiral” ou “dos empregados do comércio” como, por exemplo: *O Domingo*: órgão dos empregados do comércio (1878); *O Caixeiro*: órgão dedicado à classe caixeiral (1881 e 1899); *O Argonauta*: órgão dos empregados do comércio (1882-3); *União Caixeiral*: órgão da classe (1903); *O Internacional*: Jornal da classe dos caixeiros de hotéis, restaurantes e brasserie (1911), para citar alguns. O jornal mensal *União Caixeiral*, dirigido por João Azurra, é representativo do esforço desses trabalhadores em superar suas dissensões por meio da imprensa, pois apesar de divulgar estatutos, comunicados e outras informações da *União dos Caixeiros*, fundada em 16 de novembro de 1902 como uma associação ‘protetora e instrutiva’ e composta ‘exclusivamente por caixeiros’, reafirma com frequência sua autonomia em relação a ela, publicando constantes avisos na primeira página de que o jornal não tinha ligações com o Centro e que era “propriedade exclusiva de alguns sócios” e lutava por toda ‘a classe’.¹⁶

De todo modo, a imprensa constituiu um poderoso meio de propaganda para as duas maiores entidades dos trabalhadores do comércio (Associação dos Empregados no Comércio – AEC – e a União dos Empregados no Comércio) não só pela busca de credibilidade entre os caixeiros em torno de sua representação

¹⁵ Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento de 1890*. Rio de Janeiro, Oficina da Estatística, 1901, p. 78 e Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro* (Distrito Federal). Realizado em 20 de Setembro de 1906. Rio de Janeiro. Oficina do Estado, 1907, p.104. De acordo com a enquete realizada em 1911 pelo jornal *O Paiz*, por ocasião da aprovação da lei de fechamento das portas, existiriam no Distrito Federal 80.000 caixeiros. Citado por POPINIGIS, Fabiane. *As Sociedades Caixeirais*, op. cit, p.116.

¹⁶ *União Caixeiral*: Órgão da Classe, Rio de Janeiro, Ano I, nº 3, 01 de Julho de 1903, p. 1.

como para usufruir os méritos pela conquista da regulamentação da jornada de trabalho, em 1911.¹⁷ O volume de investimentos da AEC em 'propaganda na imprensa', equivalente aos gastos com a emissão de diplomas para os sócios e a realização anual de exames bacteriológicos, indicam a extrema importância que a comunicação assumia para esses trabalhadores.¹⁸

Já os caixeiros guarda-livros estavam articulados na Associação dos Guarda-Livros, criada em 1869 e extremamente atuante no Rio de Janeiro, e se envolveram intensamente a partir de 1875 com a publicação de suas idéias e projetos. Responsáveis pela administração das contas das casas comerciais e encarregados de organizar o trabalho dos outros caixeiros, os guarda-livros sentiam-se, muitas vezes, mais próximos dos seus patrões do que dos demais empregados do comércio. Raras vezes as páginas da *Revista da Associação dos Guarda-Livros* foram usadas para debater questões salariais, condições de trabalho e outras reivindicações desses trabalhadores. Neste caso, a busca por espaços sociais de atuação e de reconhecimento profissional eram vislumbrados em outros locais:

Uma associação que, dispondo de pouco, possui móveis, estantes, tribuna, biblioteca, com um maior ou menor número de bons livros, *um órgão na imprensa, destinado à divulgação do seu movimento literário e a tratar com afinco de todas as questões que entendam diretamente com o comércio deste país*, e que concorram para o seu engrandecimento [...] não deve, por certo, amesquinhar-se, nem tão pouco deixar de empenhar-se na conquista de um futuro brilhante. Quem duvida pois, que a Associação dos Guarda-Livros, no Rio de Janeiro, depois de atingir às proporções de *um júri de suficiência na sua especialidade*, venha a constituir a corporação mais respeitável, no segredo dos algarismos, até hoje conhecida

¹⁷ POPINIGIS, Fabiane. As Sociedades Caixeiras e o "fechamento das portas" no Rio de Janeiro, *op. cit.*, p. 117.

¹⁸ Prefeitura do Distrito Federal. *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro*, *op. cit.*, p. 110-111.

entre nós? ... Ninguém.¹⁹

Conclamando “a classe” dos guarda-livros para que se unisse, com fins de engrandecê-la, esse ex-diretor da Associação encerra sua avaliação afirmando que, se alguém perguntasse qual o propósito dos guarda-livros “responderemos ainda não com menos orgulho: vamos a caminho do progresso, para o aperfeiçoamento moral, para o templo das ciências, para o futuro, para o infinito.” Mas essa distinção almejada pela Associação estaria longe de se concretizar, pois apesar da importância do trabalho que realizavam, principalmente em uma cidade com um comércio forte como o Rio de Janeiro, os comerciantes ainda viam este profissional “como um mero empregado, um eterno dependente, que mal tem direito a seu salário”.

Em uma sociedade escravista acostumada ao mando e à obediência dos subalternos, os guarda-livros optaram por fazer das páginas de sua revista uma vitrine de sua qualificação profissional e intelectual procurando se apresentar como aliados, e não protegidos, dos comerciantes e das autoridades, além de fazerem a defesa de sua dignidade de homens livres que viviam de seu trabalho e salários. Por meio de sua revista os guarda-livros travaram embates pela defesa de seu ofício, denunciaram a responsabilidade dos comerciantes que, “dão preferência a eles (os aventureiros) por exigirem menores salários”, mas, também, tentavam coibir os colegas que não cumpriam bem sua função e assumiam o exercício profissional sem o devido preparo para essa tarefa. Muitos ex-funcionários públicos, negociantes falidos, todos ‘aventureiros’ com “alguma habilidade, boa caligrafia ou facilidade para fazer contas”, julgavam-se preparados para a função e acabavam buscando, e conseguindo, empregos como guarda-livros. Por isso mesmo, o sócio Lucas Faria afirmava que os guarda-livros “já se confundiam (no Rio de Janeiro) com engraxates ou tocadores de

¹⁹ Texto assinado por Ribeiro de Faria, ex-diretor da Associação publicado na seção “Sociabilidade”. *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro, Ano II, 30 de Abril de 1875, n. 4, pp. 3-4, grifos nosso.

harpa, devido a quantidade”. O exercício irregular da profissão resultava, segundo ele, na má qualidade dos serviços prestados aos comerciantes, e ameaçava a imagem de profissionais qualificados, instruídos e conhecedores de “escrituração mercantil, câmbios, e uma infinidade de matérias” necessárias ao bom desempenho profissional que a Associação e sua revista buscavam construir para os seus associados.

Ainda entre os trabalhadores do comércio, merece destaque a atuação dos empregados em padarias responsáveis pela fundação, em 15 de Dezembro de 1898, da Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados de Padaria, com sede na Rua da Alfândega 194, e de um órgão dedicado aos interesses da classe, O *Panificador* organizado no ano seguinte sob a direção de Manoel Soares de Pinho, também membro da Sociedade. Publicado quinzenalmente com contribuições espontâneas dos padeiros o jornal tinha como divisa “Trabalho, Justiça e Liberdade”, além da defesa da igualdade de direitos. Os padeiros envolvidos com a constituição do seu ‘grêmio social’ definiram como seu intuito reunir todos os empregados em padarias, “sem distinção de cor, crença e nacionalidade, estabelecendo a solidariedade entre si e desenvolvendo o seu progresso moral e material”.²⁰

Entre os trabalhadores gráficos do Rio de Janeiro reconhecidos por sua significativa atuação como ‘jornalistas operários’, também encontramos uma diversidade de associações e a criação e manutenção de um número significativo de periódicos. Um dos desafios para a primeira geração de tipógrafos era construir uma identidade comum, com base na valorização social do seu ofício – considerado uma atividade intelectual, difícil e que exigia dedicação – bem como afirmar a dignidade moral do tipógrafo como um trabalhador livre e qualificado. Não eram tarefas fáceis de concre-

²⁰ O *Panificador*: Órgão Dedicado aos Interesses da Classe dos Empregados de Padaria. Rio de Janeiro, Ano 2, n. 2, 1 de Janeiro de 1900, p. 4. Outra experiência de padeiros cariocas com a imprensa foi localizada em 1913 com a fundação da *A Voz do Padeiro* pela União dos Padeiros, com vida curta e recriado dois anos depois.

tizar em uma sociedade escravista e em um mercado de trabalho extremamente competitivo e disputado como o carioca²¹, e particularmente difíceis para os tipógrafos que se dividiam de acordo com habilidades profissionais específicas como composição, impressão, fundição de tipos e encadernação. Havia ainda os gravadores (litógrafos, xilógrafos e químicos) que trabalhavam com a impressão de obras gráficas, além de outras especialidades que surgiram no setor. Esse conjunto de trabalhadores exercia seu ofício tanto nas oficinas dos jornais diários como em estabelecimentos tipográficos, considerados mais especializados, que exigiam profissionais mais qualificados, pagavam os melhores salários e empregavam o maior número de compositores.

Segundo Barbosa, como os demais trabalhadores, os tipógrafos “também eram um grupo heterogêneo étnico, etária e socialmente” composto por migrantes de vários estados brasileiros, imigrantes estrangeiros, às voltas com condições de trabalho precárias expressas nos baixos salários, rigidez de horários e o cerceamento de sua liberdade com a imposição de normas e regulamentos no interior das oficinas. A primeira associação criada por eles em 1853 no Rio de Janeiro – a Imperial Associação Tipográfica Fluminense –, tinha caráter mutualista e empenhou-se na promoção do “desenvolvimento e o progresso da arte tipográfica”, mas nunca conseguiu reunir muitos sócios e após quarenta e quatro anos de existência possuía apenas 355 sócios²²; apesar dis-

²¹ No entanto, segundo Vitorino não era comum a coexistência de trabalhadores livres e escravos nas oficinas tipográficas, mesmo porque a permissão para o estabelecimento da profissão e da indústria tipográficas foi tardia e somente se generalizou já no século XIX. Por outro lado, a defesa “de um abolicionismo lento e gradual defendida no *Jornal dos Typographos* – com o fim de inculcar no liberto a ética do trabalho – também pode expressar a disputa que havia no mercado de trabalho entre escravos e proletários”. VITORINO, Artur José Renda. *Escravidismo, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro*, *op. cit.*, p. 103 e VITORINO, Artur José Renda. Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial brasileira. In: BATALHA, Cláudio H. M; DA SILVA, Fernando Teixeira e FORTES, Alexandre. (Orgs.). *Culturas de classe*, *op. cit.*, pp. 171-172

²² BARBOSA, Marialva. *Operários do pensamento*. Visões de mundo dos tipó-

so, ela teve vida longa sobrevivendo até a década de 1920, pelo menos. Em geral, a organização dos gráficos se deu por locais de trabalho – tipografias, casas editoras ou redações de jornais –, acompanhando o crescimento e a diversificação da imprensa e de estabelecimentos gráficos na cidade. Já no final dos anos 90 do século XIX, iniciativas diversas de constituição de associações, ainda de auxílio mútuo, mas já reunindo trabalhadores gráficos com diferentes especialidades, empregados em oficinas diversas e experimentando condições de trabalho distintas conseguiram se estabelecer, ainda que brevemente.²³

Alguns estudos sobre trabalhadores que precisavam dominar a escrita para exercer seu ofício – tais como os gráficos ou os caixeiros – em geral tendem a afirmar que eles ocupavam um lugar social diferenciado, formando uma elite intelectual de trabalhadores que assumia com facilidade o papel de vanguardas letradas a conduzirem uma maioria iletrada e sem consciência ou compreensão do mundo. De certo modo, reproduziram uma auto-construção idealizada que os gráficos faziam de si mesmos que, se-

grafos no Rio de Janeiro – 1880-1920. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991, p. 277, 289 e 247. Os primeiros periódicos editados pelos gráficos foram *O Echo da Imprensa* (1856), de caráter artístico, literário e recreativo, com quatro páginas e publicado semanalmente pela Imperial Associação Tipográfica Fluminense; o *Jornal dos Typographos* (1858) diário fundado por iniciativa de compositores que trabalhavam no *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil*, como forma de manter um fundo de greve, também financiado pela Associação; e *O Typographo* (1867-8), cujo redator e editor era o compositor tipográfico Pedro José Ribeiro do *Diário do Rio de Janeiro*, além de *O Gutemberg* (1881). É importante destacar que o *Jornal dos Typógrafos* era diário e no ano de sua criação apenas quatro folhas diárias circulavam na Corte. Sobre a sua criação e a greve dos compositores, ver: VITORINO, Artur José Renda. Escravismo, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro, *op. cit.*, p. 74.

²³ Entre elas, a Associação de Auxílios Mútuos Previdência e o Centro Tipográfico Treze de Maio (1890), Associação Beneficente dos Empregados de O Paiz (1888), a Sociedade Beneficente dos Empregados da Casa Leuzinger (1898), Associação Beneficente dos Empregados do Jornal do Commercio (1898), Associação Beneficente dos Empregados da Folha do Dia (1909). Conforme BARBOSA, Marialva. *Operários do pensamento*, *op. cit.*, p. 248.

gundo Barbosa, pode ser resumida na imagem de “operários do pensamento” veementemente veiculada nos jornais que editaram ao longo do período e pela qual buscavam reforçar sua superioridade como trabalhadores em contato cotidiano com as letras e a cultura impressa. No entanto, uma leitura atenta de inúmeros artigos publicados em vários periódicos mantidos por gráficos discutindo suas dificuldades de organização, reclamando da falta de consciência da classe e da desqualificação profissional vivida por eles, expressa nos baixos salários e na ausência de reconhecimento social, permite relativizar essas afirmações. Nas páginas da *Revista Typographica*, o tipógrafo A. Pereira dos Santos afirmava que por diversas vezes “tem-se erguido no Rio de Janeiro jornais que tratam do engrandecimento da nossa arte, porém tem sido derrubados todos pela falta de apoio dos nossos colegas.” E conclamava os artistas tipógrafos à compreensão de que “a sua arte [...] tem o poder sobre todas as outras, (pois) sem ela ninguém estudaria, nem progrediria talvez o mundo”.²⁴ Quase trinta anos depois outro operário afirmaria que “várias tem sido as organizações da classe gráfica no Rio de Janeiro [...] voraz de uma passividade mórbida de indiferentismo e de desânimo”. E indagaria aos colegas: “Por que? Qual a causa desse erro? Não sabemos”.²⁵ A percepção da fragilidade da categoria face à dispersão dos trabalhadores e à fragmentação de suas organizações, foram temas constantemente debatidos nas páginas de seus periódicos:

Unindo-se as associações de todas as folhas diárias, as das casas de obras poderemos fazer um prédio que tenha aula e seções de divertimentos para todos nós [...] haveria aulas noturnas em que possamos nos instruir. Poderemos ter um órgão forte de propaganda, poderemos ter uma oficina para a aprendizagem daqueles que queiram seguir a arte.²⁶

²⁴ *Revista Typographica*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, 12 de Março de 1888, p. 3.

²⁵ *O Gráfico*. Rio de Janeiro. Órgão da Associação Gráfica do Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, 1 de Janeiro de 1916, p. 1.

²⁶ *Brasil Tipográfico*, Rio de Janeiro, junho de 1898, p.2.

Não faltaram ações concretas visando unificar a representação sindical dos trabalhadores tipógrafos, porém a introdução dos linotipos nas oficinas e as profundas mudanças que provocaram no saber-fazer dos gráficos cada vez mais ameaçados pelo desemprego, dificultavam harmonizar interesses e opiniões entre eles. Entre 1902, quando tipógrafos, esteriotipistas e impressores criaram a União Tipográfica de Resistência – de orientação socialista e ligada ao Centro das Classes Operárias –, e 1909 ao discutirem a elaboração dos estatutos da União, o racha entre eles já impedia uma conciliação e foi resolvido com a saída dos linotipistas e a criação do Sindicato dos Linotipistas (1908), ligado ao Centro dos Sindicatos Operários do Rio de Janeiro,²⁷ e a reunião dos ‘compositores de letras soltas’ na Associação ou União Tipográfica de Resistência (1909).²⁸ Em 1915, gráficos de orientação anarquista criariam a Associação Gráfica do Rio de Janeiro e seu órgão oficial *O Gráfico*, em 1916, tendo como uma de suas atribuições “fiscalizar o cumprimento da jornada de 8 horas” e reivindicar melhores salários, mas sem descuidar do socorro aos desempregados, criação e manutenção de escolas e biblioteca para a educação dos seus associados.²⁹

²⁷ De tendência anarquista, o Sindicato funcionava no mesmo endereço da Confederação Operária Brasileira – Rua do Hospício 144 – e de seu jornal *A Voz do Trabalhador*. Seus dirigentes, Arthur Torres e Manoel Moscoso, eram também redatores do jornal da COB. BARBOSA, Marialva. *Operários do pensamento*, *op. cit.*, p. 251.

²⁸ Mesmo após a criação do Sindicato dos Linotipistas, em 28 de junho de 1908, os vínculos entre a categoria ainda se mantinham e *O Compondor*, não sendo órgão oficial da categoria, trazia notas e informações sobre as mobilizações e deliberações das duas associações. A saída dos linotipistas foi decidida pelo voto em assembléia de 25 de junho de 1909, durante a discussão para elaboração dos estatutos da União Tipográfica de Resistência, em virtude da acusação de que os linotipistas teriam fundado um sindicato e definido suas regras de funcionamento sem ouvir “a classe” e, portanto, não poderiam mais participar nas decisões da União. *O Compondor* – Periódico consagrado às artes e classes gráficas. Rio de Janeiro, Ano I, n. VIII, julho de 1909, p. 3.

²⁹ BARBOSA, Marialva. *Operários do pensamento*, *op. cit.*, p. 246. AAGRJ nasceu da fusão do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos e da Associação de Artes Gráficas do Rio de Janeiro e estava associada à Federação Operária do

Ainda que os professores fossem em número reduzido, se comparados a outras categorias profissionais ou mesmo em relação ao número de habitantes na cidade, as disputas e conflitos em torno da compreensão sobre os rumos da educação popular, metodologias de ensino e as condições de realização do trabalho docente que opuseram grupos de professores primários e suas associações na Corte a partir da década de 1870, conseguiram se expressar e ganhar visibilidade por meio do jornalismo.³⁰ As tensões entre professores primários ganharam visibilidade pública nas páginas de seus jornais e revistas como *A Instrução Pública* e *A Verdadeira Instrução Pública*, este último como órgão dos Professores Públicos de Instrução Primária da Corte, ambos criados em 1872; *O Ensino* (1878) e *O Ensino Primário* (1884-90) e *A Escola* (1900), órgão da Associação dos Professores do Brasil, entre outros. Por meio das páginas dos periódicos que criaram, professores primários da Corte não só discutiram publicamente suas reivindicações salariais, até então encaminhadas como solicitações ao monarca, como constituíram um espaço público onde travaram intensa disputa em torno de projetos distintos de educação. Assim, se uma parte da categoria julgou ser “*preciso montar-se uma tipografia (A Instrução Pública)*, para se vir dizer ao público que

Rio de Janeiro. De edição quinzenal, *O Gráfico* funcionava no mesmo endereço da Associação, Avenida Passos, 91, e era vendido a 100 réis o exemplar avulso ou a 1\$000 as assinaturas por semestre, além de contar com a ajuda da AGARJ para cobrir déficits até que ele pudesse se manter. Seus redatores, além do vice-presidente e tesoureiro da Associação, eram Rosendo dos Santos, Raimundo Nunes, Waldemar de Moraes, Raul Holth, José Alves e Arthur Viena. *O Gráfico – Órgão da Associação Gráfica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ano I, n° 1 e 2, 1 e 15 de Janeiro de 1916.

³⁰ Em 1872, quando o censo contabilizou cerca de 270.000 habitantes na cidade, incluindo livres e escravos, os professores públicos primários não chagavam a cem pessoas distribuídos por quinze escolas urbanas e rurais; em 1890, os professores públicos eram ainda em número reduzido, cerca de seiscentos homens e mulheres, mas o magistério como um todo já empregava mais de novecentos professores; em 1906 eram 2.842 professores públicos, dos quais 1.959 mulheres. Ver: DAMAZIO, Sylvia. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1996, pp. 31-42 e pp. 163-165.

*as pobres crianças estão entregues a si desde os primeiros passos da soletração!!*³¹ outros professores que se sentiram atingidos em seu saber e em sua prática profissional, criaram seu próprio órgão de imprensa, *A Verdadeira Instrução Pública*, para restabelecer a verdade dos fatos.

A explicação para a criação de *A Verdadeira Instrução Pública* foi justificada não apenas como uma resposta à ação de outros professores que se valiam da imprensa para ‘caluniar’ e ‘denegrir’ a reputação de uma categoria profissional explorando suas dissensões internas, mas ia além. Qualificando os editores, proprietários e redatores de *A Instrução Pública*, publicação semanal criada em abril de 1872, como pessoas que se julgavam os únicos doutores e bacharéis crentes de que possuíam o “monopólio de toda a ciência”, os professores e redatores de *A Verdadeira Instrução Pública* mostraram a associação de interesses entre aquele jornal e a Inspeção Geral da Instrução, já que um de seus proprietários era o Secretário de Instrução Pública da Corte, Theófilo das Neves Leão, o seu diretor José Carlos de Alambary Luz, era um inspetor de ensino na Corte e também jornalista e diretor do *Diário do Rio de Janeiro*, além de denunciar o repasse de recursos públicos e a compra de exemplares do jornal para distribuição gratuita entre professores. Dentre os professores públicos primários que atuaram na *A Instrução Pública* estavam vários proprietários de escolas e autores de cartinhas, gramáticas e outras obras didáticas, que se tornariam conhecidos a partir dos anos 1880, tais como: Antonio Estevam da Costa e Cunha, divulgador do método de leitura Bacadafá, e Augusto Candido Xavier Cony, professor público na Freguesia de Santana e proprietário de escola, ambos redatores dessa folha; Francisco da Silva Castilho, “um dos mais antigos professores públicos da Corte e

³¹ O que somos. *A verdadeira Instrução Pública*. Órgão dos Professores Públicos de Instrução Primária da Corte. Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, 15 de Junho de 1872, pp. 1-4, grifo nosso. O redator deste jornal era o professor Manoel José Pereira Frazão, responsável junto com outros 35 professores, pelo Manifesto dos Professores Primários tornado público em 30 de julho de 1871 que aqueceu as disputas em torno do projeto de reforma na educação.

elaborador de cartilhas e gramáticas da Língua Portuguesa” e de manuais de ensino religioso, “utilizados nas escolas primárias e secundárias do Império”.³²

Longe de se constituir como uma “imprensa pedagógica” especializada no debate teórico de questões e temas educacionais, a ação desses professores públicos primários por meio imprensa tinha a pretensão de interferir nos debates públicos em torno dos projetos de lei para a criação de escolas de formação dos docentes e também nos rumos a imprimir na educação popular na Corte. A imprensa se constituiu como um espaço para debaterem entre si, com políticos e autoridades da instrução pública e, quem sabe, com os pais e alunos, caminhos possíveis para a institucionalização de seu trabalho como docentes, mas também, para travar o embate político em torno de projetos diferenciados sobre a educação “para o povo”, a ampliação de escolas, adoção de métodos e disciplinas. Fazendo escolhas e alianças – expressas inclusive na opção por uma ou outra folha –, lutando por princípios e direitos, ganhando ou perdendo, professores primários se constituíram como sujeitos sociais nesses embates e os jornais que criaram foi parte fundamental nesse movimento para retirar sua ação do interior de escolas e salas de aula e para alterar a natureza do debate sobre o direito à educação.

Múltiplos significados do fazer imprensa para trabalhadores

As explicações para o significativo investimento de trabalhadores, suas organizações e lideranças, na criação e manutenção de periódicos precisam ser buscadas em sua própria experiência, em suas justificativas e nos termos em que foram discutidos, em função de seus horizontes sociais e a capacidade de articular os interesses e aspirações coletivas. Nesse sentido, a criação e manutenção de jornais, e também de escolas e bibliotecas, tanto por

³² SCHUELER, Alessandra Frota de. Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez. 2005, p. 382.

trabalhadores letrados quanto por aqueles tidos como iletrados, através de suas associações e sindicatos, também podem ser compreendidas como estratégias para a formação de aprendizes, aprimorar o conhecimento e as técnicas próprias ao trabalho que exerciam e, também, uma das formas de exercerem controle sobre o exercício profissional do conjunto dos trabalhadores de uma mesma categoria.

Os guarda-livros, por exemplo, julgavam que a maioria dos colegas “da nossa praça é puramente prática e balda de teoria (e) por isso mesmo carecedora da lição e contacto de todas as idéias”, razão pela qual a Associação teria sido criada e investia na oferta de aulas de comércio, inglês e francês além de outras matérias práticas para a “mais adequada educação” desses profissionais. A publicação de uma revista “com regularidade no fim de cada mês”, não era mantida por eles por “vangloria, vaidade ou ostentação”, mas incluía-se nesse esforço de “habilitarmos os nossos consócios a escreverem bem, despertando-lhes destarte os sentimentos de emulação e estímulo”. Manter a revista não significaria apenas distração ou veleidades intelectuais de trabalhadores mas um “órgão que dá conta ao público do movimento interno da Associação e da inteligência e ilustração dos seus membros”.

A prova do afinco com o qual se aplicavam ao estudo e aos conhecimentos necessários ao bom exercício profissional, ficava evidente na “parte principal da nossa gazeta (dedicada) às questões de interesse vital do comércio, sem, contudo, querermos com isso imitar o programa comum de quase todos os jornais”.³³ A preocupação em transformar sua associação e revista em um centro de estudos e reflexão sobre temas teóricos e práticos ligados ao comércio, sobre economia política e os grandes problemas do país, podem ser compreendidos como a tentativa de garantir a voz dos guarda-livros nos espaços de formulação de projetos de leis, alteração de regulamentos e no delineamento de sugestões para enfrentar problemas importantes para o país. Neste caso, eles não

³³ *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro, Ano II, 15 de Agosto 1875, n .8, p. 1.

revelam apenas suas estratégias para fortalecer seu ofício ou a categoria profissional que representavam, mas dão notícias da disposição da Associação para ampliar sua participação na vida pública nacional e nos espaços que interessava a eles ocupar:

Ainda mais; se nos aplicarmos a um estudo acurado e sério; ao exercício da tribuna e da discussão grave e refletida; à solução dos diversos problemas que se ligam intimamente com a arte que professamos; se todos se distinguirem pela gravidade dos seus atos, pela acertada solução de todas as teses de interesse prático, de perfeita harmonia com as leis em vigor que regem o comércio, seremos uma associação de homens profissionais.³⁴

O apelo à união e à participação dos trabalhadores para a manutenção do seu órgão de classe e de sua associação, estão presentes em todos os números de *O Panificador* e dão a dimensão do significado da imprensa para eles:

Vós todos, companheiros, podeis angariar elementos, podeis trabalhar em prol do seu engrandecimento, porque trabalhais para vós mesmos, trabalhais para sustentá-la, e mais tarde, tudo quanto fizerdes hoje em seu proveito, serão benefícios que recairão sobre a nossa classe, [...] ela poderá vir a ser o (nosso) esteio principal, o baluarte seguro, defendendo os nossos interesses, salvaguardando a nossa dignidade, e atacando energicamente aqueles que menosprezam os nossos direitos, e nos querem condenar a uma condição de servilismo.

Além de convocar os trabalhadores para o fortalecimento do seu órgão de classe, os artigos assinados por diversos colaboradores em *O Panificador* buscavam despertar entre os padeiros sentimentos de força, solidariedade, construir identidades ou antagonismos tentando orientar a ação desses trabalhadores, além

³⁴ *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro, Ano I, número 3, de 31 de março de 1875, pp. 3-4.

de discutir temas apresentados como sendo de interesse para o conjunto da classe. Um artigo de João Maggi, membro do Comitê da Sociedade e assíduo colaborador no jornal, é um exemplo do papel de mentor que o jornal pretendia ocupar, identificando “Os Nossos Inimigos”, principalmente aqueles que julgavam mais perigosos, os trabalhadores que tentavam sempre ajudar o patrão, prejudicando seus companheiros e passando por cima dos ideais da classe. Por isso, reafirmava “o nosso jornal está sempre pronto para defender a nossa causa, indicando os nossos inimigos, para que os companheiros se ponham em guarda.”

Por sua vez, trabalhadores do comércio que se expressavam por meio de *O Caixeiro* não pretendiam que seu jornal fosse “um tratado de filosofia, de política e de economia pública, como os que saem das academias, dos liceus e dos eixos grandiosos do jornalismo presente.” Reconhecendo o jornalismo como uma potência que podia “criar pensamentos e idéias, suscitar e acompanhar os acontecimentos, dirigir a vontade, evocar o passado, reger o presente, descortinar o futuro”, eles afirmavam o direito de fazer do seu jornal uma tribuna uma vez que

o jornalismo não é oculto pelo mistério que se descobre a poucos eleitos; a sua inspiração não desce somente a algum espírito privilegiado, e as suas luzes não se limitam às quatro paredes de uma instituição. O pensamento fez-se familiar atualmente, acessível a todos, ergue a sua tribuna nas casas, nos redutos, nas oficinas, no palácio e no tugúrio.³⁵

Ciente de ocupar “um modesto lugar na galeria jornalística do país” e dizendo-se “sem pretensões de guiar a opinião publica” ainda assim a *Revista Typographica* hasteava “como bandeira de seu programa a defesa do interesse coletivo da classe [...], reivindicando para ela o que *de jure* lhe pertence”³⁶. Décadas depois, a

³⁵ *O Caixeiro*: Órgão Dedicado à Classe Caixeiral. Rio de Janeiro, Ano I, n.1, 15 de novembro de 1881, p. 1-2.

³⁶ *Revista Typographica*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, 12 de Março de 1888, p.1.

defesa dos interesses dos gráficos parecia já não ser suficiente para os sócios da Associação Gráfica do Rio de Janeiro. O número de lançamento de seu “pequeno e modesto” órgão oficial, “sem ligações com elementos estranhos ao seu meio, mas franco e sincero sem tibiezas nem vacilações” afirmava-se disposto a crescer “conforme os recursos e auxílios que lhe forem dispensados, ampliando a sua feitura, afim de tornar-se uma revista capaz de competir com as melhores no seu gênero”.³⁷

Se é perceptível a diversidade de razões que animavam cada grupo de trabalhadores para o significativo investimento na imprensa, os significados de atuar por meio dela também são múltiplos. As razões mais ressaltadas para fazer imprensa era a possibilidade de avaliar, julgar, comentar, interpretar e opinar; em suma, de poder elaborar sentidos para as próprias ações e para as dos outros, difundir projetos e perspectivas próprias ao grupo ou intervir em assuntos considerados de interesse coletivo, público. Nesse sentido, a intensa militância dos trabalhadores na criação de periódicos pode indicar esforços para ter acesso à palavra impressa como forma de intervir e enunciar uma interpretação, elaborar sentidos para as experiências vividas e para constituir um espaço alternativo no qual pudessem trazer à discussão pública acontecimentos ou opiniões dominantes apresentadas no jornalismo diário como universais. Avaliar ideias e acontecimentos sob outros pontos de vista e interesses, implicava em contrapor argumentações e ampliar os espaços de formulação e deliberação na cidade. Problemas e questões – como o direito à organização e reunião, reivindicações salariais e a organização de greves – antes debatidos à portas fechadas em suas associações e reuniões, ou negociados apenas entre empregados e patrões, ganhavam as ruas por meio das páginas de periódicos e alteravam a natureza mesma desse debate.

No entanto, é preciso reconhecer que esse processo de expansão da imprensa operária não se dava de forma isolada, à

³⁷ *O Gráfico* – Órgão da Associação Gráfica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ano I, nº 1, 1 de Janeiro de 1916, p. 1.

parte do movimento mais amplo de ampliação de uma imprensa de massa e, também, em relação estreita com os diários e revistas culturais e de variedades, o que situa a imprensa como “importante campo da luta social” no período, pois o povo surge “como alvo e objeto de disputa” por diferentes forças sociais e políticas.³⁸ As diferenças entre este tipo de imprensa e o jornalismo diário, preocupado em reter o excepcional ou a informação fresca que já se constituíam como elementos fundamentais da notícia, também merecem ser registradas. Essa distinção também pautava a atuação de periódicos com um perfil mais reformista ou socialista voltados para o debate sobre temas de interesse dos assalariados de modo geral – tais como condições de vida, preços, salários ou disputas eleitorais – caso do jornal *O Congresso* (1905), mantido pelos operários em pedreiras, do *Brazil Operário* que “sem preconceitos (e sem ser) filiado a esta ou àquela sociedade operária” propunha-se a “tratar de todas as classes, acusando ou defendendo os atos de quem merecer”³⁹ ou a *Gazeta Operária* (1902-1906) dirigida pelo cigarreiro Mariano Garcia que afirmava “não pretendemos doutrinar, mais ceder as colunas aos doutrinadores” e “franquear as suas colunas a todos os propagandistas emancipados e conscientes de que o nosso caminhar só pode ser para o socialismo”;⁴⁰ outros dedicavam-se mais à análise crítica dos acontecimentos cotidianos da cidade ou às grandes questões políticas

³⁸ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta, op. cit.*, p. 166.

³⁹ Agradecimento. *Brazil Operário* – Órgão das Classes Proletárias. Rio de Janeiro, Ano I, n. 2, 13 de maio de 1903, p. 1. Publicação quinzenal, circulou entre 1903-1904, seu diretor-secretário era Antonio Melgaço, gráfico, poeta, colaborador do Brasil Tipográfico e *O Compondor*. Como diretor-proprietário, Elisário Freire também gráfico, baiano, trabalhou em *O Paiz* e colaborava em *O Compondor*.

⁴⁰ A Classe Operaria. *Gazeta Operaria*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, 28 de Setembro de 1902, p.1. Folha de propaganda socialista, contava com a colaboração de Vicente de Souza, Evaristo de Moraes e Eugenio George. Seu diretor, Mariano Garcia foi extremamente atuante na imprensa operária, lembrado por companheiros como o responsável direto pela criação de inúmeros jornais: *A Alvorada* (1899), *Jornal dos Operários*, *O Operário*, *Primeiro de Maio*, *Voz do Povo*, *Tribuna Typographica*, *O Golpe*, *O protesto*.

contemporâneas e que se auto-intitulavam jornais de “combate”, “crítica social” ou “resistência” a exemplo de *Crônica Subversiva* (1918), *Na Barricada* (1915) ou *O Debate* (1917).

Evidências das preocupações dos trabalhadores com a penetração das folhas e mensagens da “imprensa burguesa” em seu cotidiano, podem ser flagradas nas páginas de alguns títulos da imprensa anarquista e socialista. Por meio de texto intitulado “O Operário e a Imprensa Burguesa” encaminhado por carta, datada de 6 de Junho de 1903, ao diretor do *Brazil Operario* o trabalhador A. Tupynambá afirma que “entre nós, a imprensa grande, a imprensa rica, onde se digladiam os grandes homens que dirigem os destinos deste pobre povo” era sustentada pelos operários mas que estes “não tem um jornal que o defenda com sinceridade.” Ele examina alguns dos jornais diários cariocas, destacando o *Jornal do Brasil*, “com grande prestígio entre o operariado” mas que o enganava com frequência em suas colunas. De acordo com sua avaliação, os operários pareciam preferir a leitura dos grandes diários a valorizar as iniciativas dos próprios companheiros que dedicavam suas vidas a fundar e publicar jornais que, por falta de compreensão e apoio entre os próprios trabalhadores, fracassavam e, muitas vezes, arrastavam seus idealizadores à miséria.⁴¹ Sua análise, evidencia a força daquela imprensa diária na articulação de propostas e projetos elaborados pela cultura letrada dominante, sua capacidade para absorver demandas e mobilizar aspirações de trabalhadores, ao mesmo tempo que reafirma os lugares legítimos para a crítica e resistência alternativa a ela.

A compreensão de que a imprensa diária defendia interesses opostos aos dos trabalhadores e que muitas vezes ela servia aos patrões ou jornalistas para atacarem e desqualificarem as folhas e organizações populares, bem como as suas reivindicações, ganha expressão por meio de críticas e denúncias contra jornais, colunas ou jornalistas específicos. *O Panificador*, por exemplo, denunciava com frequência os donos de padarias que por meio

⁴¹ *Brazil Operário* - Órgão das Classes Proletárias. Rio de Janeiro, Ano I, n. 4, 16 de Junho de 1903, p. 2.

dos jornais tentavam atrapalhar a união dos trabalhadores, “chamando o nosso jornal de pasquim” e argumentava que “o nosso jornal não é pasquim porque ele é dos (nossos) interesses e tem um diretor responsável pelos seus escritos mas o que ele diz é tudo verdade”.⁴²

A percepção da importância de travar suas lutas também no terreno da palavra impressa levava membros de associações ou redatores de periódicos a se empenharem na leitura diária de jornais nacionais e estrangeiros, em busca de informações sobre projetos em tramitação na Câmara ou no Júri, que fossem do seu interesse. É evidente também a intenção de acompanhar as questões abordadas nas colunas dos diários para comentá-las, expressar suas posições e pontos de vista firmando posição frente a elas. Essa é uma atitude frequente entre os guarda-livros, comentando notícia publicada pelo jornal *A Nação*, sobre possível encaminhamento de um projeto reduzindo os direitos de exportação sobre alguns produtos que, informam os redatores, ainda não era do conhecimento de ninguém da revista, mas que desde já parabenizavam a atitude, e que, após a leitura, confirmariam a opinião. Mas, outras vezes, seus sócios pediram a palavra “para propor um voto de reprovação ao autor ou autores do artigo que saiu publicado no *Globo e Jornal do Comércio*. Foi aprovado.”

Pude observar comportamento semelhante entre os responsáveis pela redação de *O Panificador*, denunciando repórteres que assinavam “artiguetes” com pseudônimos, como um tal Mercúrio do *Jornal do Brasil*, que indagava sobre quem seriam os culpados pela crise na indústria do pão, respondendo que eram os próprios donos de padarias que não sabiam disciplinar seus trabalhadores. Em todo o restante do artigo *O Panificador* ataca o jornalista do *Jornal do Brasil*, defende ‘a classe dos padeiros’ e convida-o a se identificar para que pudessem continuar a discussão.⁴³ Outro colaborador retomou o assunto, nesse mesmo número, para lamentar que “Mercúrio” tivesse fugido da briga e mudado

⁴² *O Panificador*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 3, 18 de Janeiro de 1900, p. 2.

⁴³ *O Panificador*. Rio de Janeiro, Ano II, 11 de Fevereiro de 1900, n.4, p. 2.

de assunto. Neste caso, temos não só evidências de uma leitura atenta dos jornais diários da cidade por parte das associações e seus militantes, como da disposição desses trabalhadores para disputar o “poder da palavra”, de entrar no embate pela maneira de ordenar os acontecimentos e fixar a sua interpretação sobre a realidade.⁴⁴

Há ainda críticas mais amplas aos procedimentos pouco éticos de empresas jornalísticas ou da “imprensa entre nós”, como a publicada pelo redator de *O Combate*:

Se a imprensa de um país pode ser considerada o espelho de onde se reflete o regime social e político do povo que nele habita, a nossa imprensa é o transmutado das instituições nacionais. Ausência de princípios, ausência de discussão, superabundância de polêmicas pessoais e intrigas políticas, eis o que caracteriza a nossa imprensa. O jornal tornou-se entre nós jornaleiro.

Outra prática generalizada entre os grandes jornais e criticada por eles era a dos “artigos por encomenda” ou seja, a venda do espaço que deveria ser dedicado à doutrina e ao debate político para a defesa de interesses particulares. Analisando as forças sociais que sustentavam a imprensa diária “a assinatura ou compra da folha e o anúncio, que preenche a satisfação do interesse individual, na espera do negócio ou da necessidade peculiar de cada cidadão”, alertavam que “entre nós criou-se uma terceira contribuição, que é a que mais concorre para sustentar as folhas que se fizeram puramente mercantis, é a da “*publicação a pedido*.” Com este expediente as empresas jornalísticas ofereciam “pasto ao vício da maledicência e da curiosidade vã” além de arranjar “renda para o seu balcão”.⁴⁵

⁴⁴ BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio*, op. cit., p. 158.

⁴⁵ *O Combate*. Rio de Janeiro, Anno II, n. 2, 10 de Maio de 1881, p.1-2. Este artigo, assinado por Quintino Bocayuva, Luiz Barbosa e Francisco Cunha, foi originalmente publicado na *Republica*, n.132, de 13 de Outubro de 1871 e transcrito por Lopes Trovão proprietário e redator de *O Combate*.

Outras vezes a imprensa diária foi procurada por iniciativa de diretores e secretários destes periódicos e/ou associações de trabalhadores em busca de apoio para seus projetos ou divulgação de suas reivindicações. O mesmo *O Panificador* que implicava com articulistas que propunham um endurecimento dos padrões em relação aos padeiros, por ocasião dos festejos em comemoração ao aniversário de um ano da fundação da Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados em Padaria, narrou o préstito dos padeiros pelo centro do Rio de Janeiro, desde sua sede social, na rua da Alfândega até o Cassino Espanhol, e suas paradas em todas as redações dos jornais para apresentação do estandarte da associação “cumprimentar os seus membros e (entregar) a cada um deles um rico cartão-cromo”; começaram pela rua Gonçalves Dias, “em frente ao *Jornal do Brasil* onde o nosso estandarte se achava” e onde a comissão formada pelos padeiros conduziu seu pavilhão até “ao escritório, onde foi muito gentilmente recebida; falando o Sr. Menezes, que agradeceu a gentileza do *Jornal do Brasil*; em seguida foi retribuído esse agradecimento por um dos Ilustrados redatores daquela folha”, continuando o préstito pelas ruas 7 de Setembro e Ouvidor, seguidos pelo povo e debaixo de “estrondosos aplausos”.⁴⁶ Vale lembrar também as evidências de trabalhadores que se dirigiam aos grandes jornais negociando apoio e construção de maior visibilidade pública para suas organizações de classe ou lutas específicas como a estratégia de algumas associações e jornais de empregados do comércio para a conquista do apoio da imprensa empresarial ao projeto de regulamentação da jornada de trabalho e horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Temos aí, exemplos de um diálogo tenso e contraditório entre posições políticas e interesses divergentes que se articulam e expressam por meio da imprensa.

São frequentes as referências dos redatores ao intenso diálogo e trocas com outros jornais e revistas, da chamada grande

⁴⁶ “O 15 de dezembro” e “O estandarte”. *O Panificador*. Rio de Janeiro, Ano II, 1 de janeiro de 1900, n.2, p. 2.

imprensa, flagrados em seções específicas destinadas a acusar o recebimento dos números mensais enviados a título de permuta, agradecer elogios ou votos de felicitações e outras formas de apoio manifestadas por jornalistas e/ou redatores de diferentes órgãos. Em geral, reproduziam ou comentavam as notas publicadas por jornais e jornalistas noticiando o “aparecimento” do periódico, dando destaque àqueles que transcreviam parcialmente o “nosso programa” ou identificavam os responsáveis pelo periódico. Outra forma comum de aproximação era a doação ou “oferta” de exemplares de jornais e revistas de grande circulação para as redações e bibliotecas de trabalhadores, e vice-versa, constantemente informadas pelas páginas de seus jornais sob a forma de agradecimento às redações ou aos redatores, ou de notas identificando os títulos recebidos e seu encaminhamento aos bibliotecários. Por meio dessas notas também podemos reunir pistas sobre os vínculos que ligavam muitos dos associados a jornalistas da imprensa diária, a outras entidades de classe ou de estudos literários, históricos, etc. Outros indícios das trocas e intercâmbio entre redatores e periódicos nacionais e estrangeiros são as reproduções de artigos e informações, publicadas com ou sem comentários adicionais. Enquanto a *Revista da Associação dos Guarda-Livros* esta seção era intitulada “Transcrição” e, em geral, reproduzia artigos sobre economia política ou história do comércio, de grandes jornais estrangeiros, nas páginas dos jornais mais combativos, são as notas e assuntos dos órgãos “co-irmãos” que ganham maior visibilidade, acompanhados de apoio e endosso ou, às vezes, como indicação de exemplo a ser seguido.

As fontes de informações e o modo de lidar com elas e colocá-las em circulação também difere muito nestes periódicos. Comentários, análises e reprodução parcial ou integral de atas, relatórios e informes (sobre reivindicações, greves, campanhas, denúncias), ou a transcrição de artigos, peças, cartas e outros textos elaborados por trabalhadores e avaliados como importantes para o debate político, a formação e conscientização dos mesmos, ocupavam um grande número de páginas. Lançando mão de uma escrita mais analítica e argumentativa esses periódicos traziam

aos seus leitores não apenas a notícia de eventos e acontecimentos mas reflexões e avaliações sobre eles, assim como questionamentos, convocações e apelos à participação e ação. Ao contrário da grande imprensa empresarial, eles não buscavam constituir um discurso unificado, padronizado e em suas páginas prevalece a diversidade de conteúdos, a multiplicidade de orientações políticas e o embate de posições. Estes aspectos que, para algumas lideranças e estudiosos, eram “problemas” a serem superados podem ser compreendidos como potencialidades nesses testemunhos históricos.

O modo de escrever e a narrativa dos jornais e revistas aqui analisados guardam muito de um registro autobiográfico, muitas vezes escrito na primeira pessoa por quem participou dos acontecimentos, assumindo explicitamente os seus pontos de vistas e uma pretensão de intervenção social. Em geral, as fontes de informações dos redatores e colaboradores eram as associações ou os próprios trabalhadores que, oralmente ou por meio de cartas, relatórios e atas enviados à redação, faziam circular informações sobre atividades nas quais tiveram participação direta. Artigos também eram solicitados a colaboradores e, por meio deles, colocavam em discussão idéias, projetos, valores em busca de adesão ou conscientização. Mas, como vimos, outros periódicos de trabalhadores e a imprensa diária, também forneciam assuntos e questões sobre as quais opinar.

Apesar das dificuldades para manter esses periódicos, eles em geral cuidavam de aspectos formais e editoriais, assim como procuravam manter sua periodicidade. Além de identificar seus diretores e de manterem uma comissão de redatores, publicavam seções de “Expediente” por meio das quais mantinham um diálogo mais claro com os leitores, informando alterações de endereço, critérios para publicação, etc. A *Revista dos Guarda-livros*, por exemplo, convidava os seus sócios a colaborarem “sem receio, sem coação de qualidade alguma”, pois “os seus escritos são apenas sujeitos a uma comissão de redação composta igualmente por sócios” que não tinham intenções de avaliar a qualidade intelectual ou os dotes literários dos associados. Em suas várias colunas

e seções, o guarda-livros “que for poeta pode modular os seus descantes, o predileto de comércio e economia (pode) discorrer e questionar sobre o assunto, o crítico desferir as suas sátiras, o romancista contar os seus amores, enfim todos os espíritos se podem deleitar e enriquecer”. Quarenta anos depois, *O Gráfico* já definia regras claras para envio de originais a serem avaliados:

Os originais devem ser enviados para a sede da Associação Gráfica, [...], até os dias 10 e 20 de cada mês. *O Gráfico* não dará publicidade aos artigos que não estejam de acordo com a sua orientação, devolvendo-os, porém, se forem os mesmos reclamados por seus autores. A Associação Gráfica não assume a responsabilidade dos artigos dos colaboradores, devendo estes serem assinados por seus verdadeiros nomes ou por pseudônimos, previamente adotados, de acordo com a redação d’*O Gráfico*. As associações de classe que nos queiram honrar com as suas publicações podem envia-las a nossa secretaria afim de serem editadas no nosso periódico.⁴⁷

Uma imprensa para trabalhadores: ampliando públicos?

Já foi apontada por Cruz a extrema dificuldade de responder quem eram os leitores das pequenas folhas de ‘variedades’, além dos percalços para buscar evidências dos possíveis destinatários desses órgãos, dificuldades que são ainda maiores para os periódicos feitos por trabalhadores. Os subtítulos às vezes sinalizam para pretensões de falar para o conjunto de algumas categorias profissionais como “a classe gráfica”, “os empregados do comércio” ou “aos caixeiros”, aos “empregados de padaria” ou aos “professores públicos de instrução primária”; outros, definem destinatários específicos – os sócios da Associação dos Guarda-Livros ou da Associação Gráfica do Rio de Janeiro, caso do *O Gráfico*; ou definiam os destinatários de suas mensagens como as “classes proletárias” ou o “público em geral” –, fornecendo pistas de

⁴⁷ *O Gráfico*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, 1º de Janeiro de 1916, p. 2.

rumos sociais diversos não só na expansão dos públicos leitores na cidade como da atuação dessa imprensa nos esforços de constituição de uma unidade de classe agregando diferentes categorias e interesses operários.

Por outro lado, não é possível circunscrever ou delimitar os leitores desses periódicos apenas àqueles trabalhadores a quem se dirigiam de modo mais direto e enfático. Não dá também para supor que o conjunto dos trabalhadores de um mesmo ofício ou categoria profissional se identificasse automaticamente com o seu órgão de classe – ainda que eles fossem o público alvo das investidas dos redatores – que procuravam se constituir como intermediários entre estes e a sociedade mais ampla. É possível observar indícios de dificuldades neste sentido, dada a frequência com que os jornais alteram e ampliam conteúdos, cobram mais união ou buscam estratégias para ampliar e/ou manter leitores. Um rápido comentário na edição de 15 de agosto de 1875, por exemplo, dá uma dimensão dos dilemas da Associação de Guarda-Livros:

[...] me constou há dias que três dúzias mais ou menos dos nossos assinantes andam arrufados com a Revista por lhes levar somente artigos comerciais e econômicos, que dizem eles, (os assinantes) se algum mérito tem é o de serem amoladores (os artigos não os assinantes).

Talvez esses arrufos tenham crescido ao longo do ano ou o número dos insatisfeitos com o perfil da revista ultrapassou as três dúzias. O certo é que a partir de janeiro de 1876, ela passou por mudanças que incluíram alteração no seu nome, formato, periodicidade e número de páginas, indicando claramente sua opção por um tipo de leitor:

A mudança de nome tem unicamente por fim, mostrar que os assuntos mercantis em todas as suas variadas relações passam a ser tratados nesta gazeta com especial preferência. As outras mudanças são tendentes a tornar aproveitáveis os serviços que propomos

prestar e que passamos a expor. Carecendo absolutamente de detalhes minuciosos não só os boletins, como as estatísticas comerciais desta praça, procuraremos não só especializar aqueles, como dar algum desenvolvimento aos dados estatísticos comerciais.⁴⁸

Chamam atenção a constituição de uma intensa rede de comunicação entre trabalhadores – filiados a diferentes partidos políticos, dedicados a ofícios e membros de sociedades as mais diversas – por meio de trocas pessoais mas também por meio de delegados e representantes que participam ativamente das grandes datas e eventos de associações, sindicatos e periódicos. O esforço em participar de atividades organizadas por outras associações, a publicação de correspondências trocadas entre lideranças e diretores de diferentes sociedades e periódicos, a tradução de artigos e textos e as notas comentando ou anunciando publicações, mostram como essa imprensa preenchia um papel fundamental não só como instrumento de formação mas, acima de tudo, para criar um intercâmbio e articulação entre os trabalhadores, constituindo uma “rede de comunicação desenvolvida pelos militantes” sem paralelo na história do trabalhador brasileiro como indica Ferreira.⁴⁹ Outras evidências nesse sentido, são os esforços para fazer circular simultaneamente os jornais e revistas em diferentes cidades e estados. Isso se fazia por meio da distribuição e circulação via ligas ou sociedades de uma determinada categoria, com organização em outras regiões, e indicam intenções de ampliar o debate e fortalecer entidades; outras estratégias apontam para tentativas de unificar lutas, canalizar forças sociais dispersas principalmente em momentos de greves amplas ou gerais ou da realização de campanhas pela aprovação de leis e reconhecimento de direitos sociais.

⁴⁸ *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro, Ano II, 31 de Dezembro 1875, n. 12, pp. 1-2.

⁴⁹ FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil; 1880-1920*. Petrópolis, Vozes, 1978, p. 148-149. Este estudo pioneiro forneceu as bases para análises e interpretações sobre este tipo de imprensa, em diversas regiões do país.

Mas há indícios de outras formas de articulação e atuação por meio da imprensa. As frequentes publicações de comentários elogiosos sobre a atuação do próprio periódico publicado por jornais e revistas de circulação nacional, e até do exterior, indicam o esforço na divulgação desses periódicos e, também, seus circuitos de difusão e aceitação. A nota publicada n' *O Panificador* dirigida "Aos companheiros do 'Obrero Panadero' de Buenos Ayres", na qual os redatores agradecem o recebimento de um pacote com exemplares do n.17 deste periódico, além das "palavras bastante lisongeiros e entusiásticas (com as quais deram) notícias do pronto aparecimento do *Panificador* [...]. Agradecemos e estabelecemos a permuta."⁵⁰ A revista dos guarda-livros também reproduziu comentários sobre si mesma publicados pelo *O Campeão das Províncias* publicado na cidade de Aveiro, em Portugal, em seu número de 4 de Abril:

Temos recebido alguns exemplares desta publicação e deleita-nos e satisfaz-nos ver que o Brasil caminha, que ele se avanteja já em muitos pontos [...] A *Revista da Associação dos Guarda-Livros* é a demonstração clara e positiva do muito que o Brasil progride.[...] Saudando daqui o instituto de que falamos, apraz-nos dizer, que as discussões que entretêm os seus dignos membros são a revelação do muito que eles valem pelo talento, pelo estudo e pela dedicação aos assuntos que mais importam ao país e que mais prendem com a idéia do seu engrandecimento.⁵¹

Acompanhar os assuntos que mobilizaram as penas e máquinas de escrever dos redatores populares, pode evidenciar as questões que mereciam maior debate por parte das organizações que representavam esses trabalhadores, as opiniões de suas lideran-

⁵⁰ *O Panificador*. Órgão dedicado aos interesses da classe dos Empregados de Padaria. Rio de Janeiro, Ano II, n. 2, 1 de Janeiro de 1900 e n. 3, 18 de Janeiro de 1900, p. 3.

⁵¹ *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro, Ano II, 15 de Maio de 1875, n. 5, p.1.

ças e até de trabalhadores sem maior organização ou militância política, bem como as suas lutas e reivindicações. Mas nem sempre nos ajudam se quisermos recompor a existência cotidiana daqueles trabalhadores, suas condições de vida, as aspirações e projetos menos hegemônicos no interior do próprio grupo. Ao contrário, em muitos deles a repetição de temáticas doutrinárias, o revezamento sempre dos mesmos autores, a linguagem rebuscada às vezes utilizada, indicam mais as pretensões de seus idealizadores de integrar o mundo restrito dos jornalistas ou formadores de opinião do que aspectos da vida de trabalhadores urbanos. Ou, então, evidenciam a fragilidade desses esforços em estabelecer diálogo com o conjunto dos trabalhadores e talvez indiquem as dificuldades para constituir a legitimidade destes periódicos no interior da própria categoria ou grupo que pretendiam representar.

Há, no entanto, variações significativas quando nos aproximamos dessa diversidade de títulos reunidos sob a denominação “imprensa operária”. É preciso refletir sobre o conjunto de evidências em vários jornais mantidos por trabalhadores de que eles não se dirigiam apenas aos membros de suas associações ou companheiros de trabalho e suas famílias, mas procuravam interlocução com o conjunto de trabalhadores da cidade ou, até mesmo em alguns casos, com grupos sociais intermediários da sociedade carioca como jornalistas, profissionais liberais, políticos, etc. Ao contrário do que em geral se afirma sobre o caráter restrito dessa imprensa aos interesses específicos da categoria profissional que a mantém, é possível observar não só uma diversidade de temas, opiniões e debates a animar as páginas de alguns desses periódicos como indícios de uma circulação mais ampla. É possível apreender essa ampliação por meio da análise do perfil editorial de revistas e jornais (incorporando seções com textos leves, humorísticos, ilustrações, literatura, crítica teatral, etc.) e também das estratégias usadas para distribuição e venda, das campanhas para ampliar assinaturas e anúncios, além da observação das temáticas abordadas em suas páginas.

Na *Revista dos Guarda-Livros*, além dos temas ligados ao comércio, há muita discussão sobre impostos bancários, crises

financeiras e reflexão sobre alguns problemas da cidade (como o funcionamento dos Correios e ferrovias, ocorrência de incêndios, realização de obras), bem como a intervenção ativa no debate dos grandes temas nacionais daqueles anos – a imigração, a defesa das liberdades de culto, de crédito, de imprensa, o incentivo à indústria nacional, a instrução pública e elaboração de leis de proteção aos direitos autorais, entre outros. Sua estrutura incluía seções fixas sobre literatura com resenhas de livros, publicação de contos e romances em capítulos, descrições de viagens e até textos de humor, com a criação da seção “Arenga”.

Alguns periódicos, dos quais *O Caixeiro* (1899), um semanário “literário e recreativo”, é um bom exemplo, definiam um perfil editorial mais amplo com a publicação de enigmas, versos e crônicas leves, realização de concursos literários, espaços para críticas e avaliações sobre espetáculos em exibição na cidade, sugestões de palpites para jogos e apostas, até a publicação de anúncios como este:

Negocio Vantajoso. Com 300\$000 ganha-se 1:500\$000. Aceita-se um sócio para terminar a publicação de um romance muito bem recebido pelos seus leitores e que dará o resultado acima exposto. Para informações no escritório do “O Caixeiro”, rua Theophilo Ottoni n. 143.

Outros, como *O Panificador*, apesar de dedicar grande parte de suas páginas às notícias de atividades realizadas pela Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados de Padaria – as festas comemorativas do aniversário de fundação da sociedade, atividades e reuniões ordinárias em sua sede social, orientações da secretaria ou listas de subscrição – e trazer textos mais militantes e formativos, mantinha seções fixas de humor por meio das quais ridicularizam os patrões tiranos, avarentos e exploradores que sugavam até a última gota do sangue de seus empregados, aqueles que temiam a organização dos padeiros e a própria existência da Sociedade. Outras vezes, constrangiam colegas a subscreverem a lista voluntária de recebimento, e pagamento, do jornal, e por aí

afora. Em outra seção intitulada “Anúncios” eles ironizam os reclames pagos pelos proprietários de padarias em jornais de grande circulação, dizendo que os patrões sempre solicitavam “empregados que trabalhem muito e não descansem, vendedores que se-gurem empregados para o patrão dar pancadas”, além de buscarem preferencialmente trabalhadores imigrantes.

O humor e a leveza dos textos, traços característicos do perfil editorial de *O Panificador*, chamam ainda mais a atenção porque ele assume sua inclinação socialista e cerrava fileiras na luta por direitos para todos os trabalhadores. Em algumas de suas colunas e páginas, a brincadeira e o xiste convivem com o tom doutrinário ou a seriedade comum aos demais artigos. São pistas a indicar múltiplas formas de diálogo entre formas diversas de travar a luta social e fazer imprensa, bem como a popularização de linguagens, como a publicidade e a fotografia, que parecem indicar sua penetração em diferentes espaços populares.

Se alguns periódicos eram impressos em grandes tipografias, como *O Gráfico* que usava as oficinas da Casa Leuzinger, e outros como *O Combate*, que conseguiram manter tipografia própria, a maioria deles funcionava em salas das próprias associações ou em fundos de padarias, lojas ou tipografias, e utilizava equipamentos de impressão descartados ou em processo de substituição pelos grandes periódicos. Compostos e editados por trabalhadores e, em geral, mantidos por eles mesmos, esses periódicos teimavam em se manter apesar de enormes dificuldades financeiras e de inúmeras restrições ao seu livre funcionamento e circulação. São frequentes as denúncias de perseguições policiais e prisões de diretores e redatores qualificados sempre como “agitadores”, as apreensões de edições, as depredações de redações e oficinas levando ao fechamento de inúmeros jornais. Mesmo nos períodos nos quais supostamente a “liberdade de imprensa” vigorava, as condições de existência dos periódicos editados por trabalhadores foram sempre acidentadas. Além disso, as dificuldades para manter custos de publicação e suas limitações para ampliar o número de assinantes, não podem ser minimizados, pois incidem diretamente na possibilidade de sobre-

vivência desses periódicos operários, combativos ou críticos. É comum eles comecem semanais ou quinzenais e virarem mensais ou bi-mensal, assim como os títulos que não conseguem passar de duas ou três edições.

Por seu caráter alternativo e dissidente esses periódicos nem sempre contavam com as formas tradicionais de financiamento, como os usufruídos pelos jornais diários e revistas de variedades mantidos pelos assinantes e, cada vez mais, como mostra Cruz, pelos anúncios e serviços colocados à venda para o comércio, a indústria, enfim para as empresas e empresários. Os relatórios e atas de assembleias de diversas associações e os próprios periódicos, informam que eles se mantinham, em geral, através do repasse de recursos pelas associações. Estas, por sua vez, eram sustentadas pelas cotas pagas por cada trabalhador ao se associar, pelas mensalidades pagas pelos sócios, por meio de arrecadação extra realizada com espetáculos, doações, ou pelas colaborações mensais espontâneas, como faziam os padeiros ou marmoristas. Às vezes flagramos avaliações sobre as dificuldades para manter um jornal, como mostram os redatores de *O Marmorista* (1906) ao comentarem os erros de português e os textos publicados com palavras faltando nas suas primeiras edições. A explicação era o custo elevado, para eles, do trabalho de revisão, mas afirmavam que continuavam em busca de “uma tipografia que cobrasse pouco, mas oferecesse bons serviços”, o que estava muito difícil. Ao iniciar sua publicação *O Caixeiro*, informou em março de 1899 que seria publicado “uma vez por semana limitando-nos aos nossos recursos pecuniários” mas, “conforme os auxílios que obtivermos dos nossos amigos da classe caixeiral, aumentaremos o formato e passaremos a publicá-lo duas vezes por semana, as quartas e sábados”.

Mas há diferenças significativas entre eles quando avaliamos suas formas de financiamento, pois vários jornais mantinham pelo menos uma página, em geral a última, exclusivamente para a publicação de anúncios comerciais de tipografias, lojas e serviços variados. Nesta situação estava a maioria dos periódicos publicados pelos empregados do comércio, assim como *O Gráfico* (1916-

1919) que apesar de ser o órgão oficial da Associação Gráfica, não descuidava da venda de espaço aos anunciantes. Em seu primeiro número, *O Gráfico* se dirigiu diretamente “Aos Srs. Anunciantes”, para avisar que: “era intenção da Associação Gráfica do Rio de Janeiro publicar este periódico em formato de revista, mas como atualmente as suas condições não permitem maior despesa, pedimos desculpas aos senhores que nos auxiliaram com seus anúncios, nos releve essa falta.” Nas edições seguintes parecem ter superado os problemas iniciais, porque a página quatro era totalmente preenchida por anúncios dos mais variados produtos, serviços e empresas.

Os preços de venda dos exemplares avulsos dos diferentes jornais pesquisados indicam pouca variação entre a maioria deles, em geral em torno de \$100 cada exemplar, desde meados do século XIX até o final da década de 10. Talvez os preços mais estáveis tenham sido os dos periódicos mantidos pelos gráficos, desde *O Tipógrafo* vendido a \$100 desde 1867-1868 e fechando a década de 1910 com *O Gráfico* sendo vendido a \$160. A publicação de seu jornal e a definição do preço do exemplar avulso foi motivo de “veemente debate” travado na assembléia geral ordinária, em 9 de janeiro de 1916, da Associação Gráfica do Rio de Janeiro com a presença de 70 sócios. Nela foi acatada a “proposta de R. Nunes (de) cobrar-se 100 réis por exemplar, estando a Associação com quantias precisas para a cobertura de déficits, se porventura existissem, até que o órgão da Associação pudesse se manter exclusivamente do seu produto”.⁵² A grande exceção foi a *Revista da Associação dos Guarda-Livros*, cuja venda avulsa entre 1874-1875, variou de 300 a 500 réis, o exemplar mais caro entre todos os periódicos pesquisados até o momento.

Outros periódicos, no entanto, não eram vendidos e sobreviviam de subscrições como *O Panificador*, que apesar de ser o “órgão dedicado aos Interesses da Classe dos Empregados de Padaria”, era financiado por contribuições espontâneas arrecadadas pelos padeiros e mensalmente encaminhadas à redação. Por essa razão, ele trazia como subtítulo os avisos “Aparece quando pode” e “Preço a vontade” e publicava com frequência notas em

busca do apoio e subscrição dos padeiros:

Companheiros, O nosso jornal é publicado quinzenalmente e para que ele possa manter-se, pedimos aos nossos companheiros enviar à Secretaria as quantias com que desejarem espontaneamente concorrer. Lembrai-vos, companheiros, que este órgão é indispensável à nossa classe. A Direção.

Sendo esta publicação essencialmente da nossa sociedade, quero crer, que não deixareis ferir os cofres sociais para sustentar a sua publicação.⁵³

Como a sobrevivência do jornal precisava ser garantida mensalmente, eram frequentes em suas páginas os apelos para que os empregados em padarias abraçassem a responsabilidade com o “seu órgão de imprensa”. A publicação mensal de listas nominais e os valores arrecadados por cada associado mostra que, em alguns meses, cerca de 30 trabalhadores participavam da campanha de distribuição do seu jornal e da arrecadação de fundos para sua manutenção. Infelizmente, não é possível avaliar o montante vendido por cada sócio, pois o jornal não tinha preço de venda definido. A cada número, a publicação dessas listas seguidas de agradecimentos em nome dos redatores e também da diretoria da Sociedade, serviam provavelmente para estreitar laços e tornar mais efetiva a participação dos trabalhadores nos rumos da Sociedade e do jornal. Talvez essa mobilização contínua explique a relação de proximidade que os textos estabeleciam com os leitores a quem chamavam, quase sempre, por “companheiros”. Eles se diferenciam do distanciamento perceptível nos outros periódicos, entre os que escreviam e o conjunto dos trabalhadores ao qual se dirigiam.

Não há nos jornais e revistas pesquisados informações sobre as tiragens, número de assinantes, arrecadação com as vendas de exemplares avulsos, etc que permitam refletir com mais segu-

⁵² *O Gráfico*. Rio de Janeiro, Ano I, n° II, 15 de Janeiro de 1916, p. 1.

⁵³ *O Panificador*. Rio de Janeiro, Ano 2, n.2, 1 de Janeiro de 1900.

rança sobre seu alcance e difusão na cidade e sobre os caminhos e meios usados para fazê-los circular. Mas, de acordo com os dados reunidos por Cruz em sua pesquisa sobre São Paulo, uma publicação de pequeno porte e um grau razoável de organização editorial e financeira tinha tiragens que variavam entre 500 e 2000 exemplares, números considerados significativos se comparados às obras de ficção de autores nacionais ou às vendagens dos jornais diários. No caso da imprensa operária as poucas referências sobre tiragens conhecidas – “os 3 mil exemplares (que) se esgotaram” no primeiro número da *Gazeta Operária* (1902) os quatro mil exemplares declarados em 1912 por *A Voz do Trabalhador* (1908-1915), órgão oficial da Confederação Operária Brasileira que reunia federações estaduais e regionais e a edição de cinco mil exemplares do número inicial do órgão do PCB *A Classe Operária*, em 1925, – são exceções mas servem como parâmetro para avaliar o alcance de periódicos que não contavam com um esquema de distribuição unificada.

Pode-se supor que esses periódicos dependiam dos próprios trabalhadores e da estrutura de suas organizações, para vender suas edições visto que dificilmente poderiam utilizar o mesmo sistema de distribuição e venda avulsa pelas ruas da cidade realizada pelos grandes diários. As redações e as sedes sociais das associações, em geral localizadas nos mesmos endereços, talvez funcionassem como pontos fixos de venda avulsa e como locais de distribuição aos membros da associação ou do sindicato. É provável, também, que as bibliotecas e salas de leitura mantidas por quase todas as associações, facilitassem a difusão não só dos seus próprios jornais, como de outros títulos da imprensa produzida por trabalhadores. Mas há evidências de que a distribuição desses periódicos não se dava exclusivamente por meio de sindicatos e/ou partidos ligados aos trabalhadores ou, então, que esta não era a regra geral para todos eles. Pude perceber uma diversidade de meios usados para distribuir e fazer circular jornais e revistas: desde as assinaturas, a venda avulsa, até as campanhas para angariar assinantes, por meio de “agentes” nos estados, como fazia a *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Em seu 3º nú-

mero, de 31 de Março de 1875, ela já informava que sua associação havia conseguido 22 novos assinantes “agenciadas na cidade do Recife pelo Sr. José Tavares Carreiro”, o que mostra sua organização em moldes semelhantes aos das revistas de variedades com a manutenção de representantes, provavelmente guarda-livros, nos Estados para fazer a distribuição nacional de exemplares e “agenciar” assinaturas. Em agosto do mesmo ano, o editorial intitulado “A nossa associação” é encerrado com um pedido às casas comerciais, para que assinem a revista. Páginas adiante, informam a decisão da Associação de distribuir a revista por diversas casas comerciais, com a ressalva de que “não entrou nisso cálculo de interesses de colaboração, mesmo porque não temos a honra de ser jornalistas. Buscamos, é certo cobrir as despesas da impressão com o preço da assinatura; porém, apetece-mos mais que a nossa gazeta seja lida e apreciada pelo respeitável corpo do comércio”. O mesmo pode ser dito de *O Caixeiro*, que em seu primeiro número agradece “ao comércio e ao público que é nosso agente de anúncios e assinaturas o nosso bom amigo Manoel Ferreira”. No expediente de outra edição os caixeiros pedem aos seus “leitores do interior que quiserem assinar o nosso periódico para remeterem pelo Correio endereçada á esta redação as respectivas quantias”.⁵⁴ *A Gazeta Operaria* também divulgava em suas páginas que era publicada “aos domingos e vende-se avulsa em todas as agências de jornais, a 100 réis.” Identificava 5 “companheiros” como os “nossos representantes nesta capital” além de um em Niterói e Petrópolis, listando seus nomes e endereços.

Apesar das diferenças de objetivos e propostas e de ter se constituído como campo de luta política entre diversas correntes que dividiam o movimento de trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro, a imprensa foi um espaço significativo do embate pela

⁵⁴ *O Caixeiro*. Semanário Literário e Recreativo Dedicado à Classe Caixeril. Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, 5 de Março de 1899, p. 3 e n. 3 de 19 de Março de 1899, p. 1. Este jornal, de propriedade de dois caixeiros era vinculado a Associação dos Empregados no Comércio, AEC. Sua página final traz muitos anúncios de oficinas de costura, tipografias e edição de livros, entre outros.

afirmação pública dos trabalhadores por meio da palavra impressa. Os jornais e revistas analisados, com todos os seus limites e percalços, foram fundamentais como expressão de lutas diversas contra a opressão ou pela ampliação de direitos, e podem ser lidos como esforços para a criação de uma esfera pública diferenciada na cidade.

O domínio da palavra escrita e a possibilidade de divulgá-la por meio de periódicos significavam a conquista de um recurso até então monopolizado por poucos, comprometidos com a manutenção ou recriação do *status quo*. Facilitar o acesso aos periódicos que editavam representava para as diversas categorias de trabalhadores a possibilidade de ampliar a circulação de suas vozes e opiniões e, por meio deles, tentar intervir no enfrentamento de questões e preocupações de seu próprio tempo. Retornar à atuação desses trabalhadores por meio da imprensa pode ajudar a enfrentar o silêncio e o apagamento dos rastros sobre o poder de difusão da palavra impressa entre eles e sua importância como campo de embate e instrumento de intervenção.

Consciente de que a memória desempenha um papel crucial no interior dos mecanismos de poder e se explicita nas disputas em torno de quais experiências sociais são dignas de integrar, com legitimidade, um patrimônio comum e o acervo historiográfico a partir do qual a interpretação histórica e política da sociedade pode ser ampliada e refundada, para avançar além dos limites já conhecidos e esperados,⁵⁵ procurei neste texto lançar um novo olhar para os registros e as narrativas produzidos pelos próprios trabalhadores sobre suas experiências, que se constituíram como parte de um campo de disputas, defendendo que eles são dotados de historicidade e constituem registros de dimensões significativas de suas trajetórias e memórias.

Recebido em agosto de 2008
Aprovado em setembro de 2008

⁵⁵ PAOLI, Maria Célia e ALMEIDA, Marco Antônio de. Memória, cidadania, cultura popular. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996, pp. 185-186.